



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

Licenciatura em História

Trabalho Final de Curso

A Cooperação bilateral entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã entre 1979-1990

Lucílio Francisco Cuna

Maputo, Março de 2025

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

Licenciatura em História

Trabalho Final de Curso

A Cooperação bilateral entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã entre 1979-1990

A Cooperação bilateral entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã entre 1979-1990

Lucílio Francisco Cuna

Constituição do júri

Paulo Lopes José, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Março de 2025

Declaração de honra

Lucílio Francisco Cuna, declaro sob minha responsabilidade que o presente Trabalho de Final de Curso (TFC) é fruto de minha pesquisa original e autônoma, as ideias e informações aqui apresentadas são resultado de minhas investigações, e as fontes utilizadas foram devidamente citadas e referenciadas.

Declaro por minha honra que este trabalho não foi apresentado anteriormente em nenhum outro curso ou instituição de ensino, este trabalho é apresentado em cumprimento aos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em História pela Universidade Eduardo Mondlane.

Dedicatória

Com profundo agradecimento, dedico este trabalho a Deus, fonte de toda sabedoria e inspiração, sua presença constante em minha vida foi fundamental para a conclusão desta etapa, a ele, devo toda a força e determinação necessárias para superar os desafios e alcançar meus objetivos.

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco José Matusse e Elma Rafael Honwana, expressando minha profunda gratidão pelo amor incondicional, pelos ensinamentos valiosos e pelo incentivo constante em minha jornada acadêmica, a eles dedico esta conquista, fruto de seus cuidados e apoio.

Agradecimentos

A gratidão é um bálsamo para a alma e um presente inestimável para quem a recebe, neste momento tão especial, sentimos a necessidade de agradecer a todos aqueles que estiveram ao nosso lado, nos fortalecendo e nos inspirando, sabemos que as palavras podem ser insuficientes para expressar a nossa gratidão, mas queremos que saibam que cada gesto de carinho, cada palavra de apoio e cada ato de bondade fizeram toda a diferença em nossas vidas.

Elevo meus mais sinceros agradecimentos ao Altíssimo por me conceder a vida e por sua misericórdia a cada instante.

Expresso a minha a gratidão a todos os membros do Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em especial aos docentes que, com sua expertise, enriqueceram nosso aprendizado.

Aos meus supervisores pela paciência, compreensão e esforço empreendidos, agradecer pelas suas observações, críticas, correções e sugestões que possibilitaram para a edificação do presente trabalho.

A meus pais, que, com paciência e dedicação, me proporcionaram uma educação baseada no amor, moldando meu caráter e me preparando para enfrentar a vida.

Gostaria de agradecer imensamente a todos os meus colegas do curso de História, a jornada acadêmica, repleta de desafios e descobertas, foi enriquecida pela companhia de cada um, agradeço pelas discussões estimulantes, pelas colaborações frutíferas e pela amizade que construímos ao longo desses anos, agradeço por terem sido parte fundamental desta etapa da minha vida.

Epigrafe

'' Nunca se esqueça da sua pátria, onde esteve o seu berço, você não encontrará uma segunda pátria no exterior''

Paulo Freire

Resumo

Este estudo analisa a cooperação internacional entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã (RDA) de 1979 a 1990, com ênfase em suas dimensões políticas, econômicas, sociais e educacionais, baseada em uma ideologia socialista compartilhada, essa parceria visava fortalecer o desenvolvimento de Moçambique após a independência e expandir a influência socialista na África Austral. O Tratado de Amizade e Cooperação de 1979 estabeleceu as bases para acordos bilaterais, como o emprego de trabalhadores moçambicanos na Alemanha Oriental e a criação da Escola da Amizade em Staßfurt, que formou centenas de jovens moçambicanos, além disso, a RDA forneceu treinamento militar e técnico a soldados e profissionais moçambicanos.

Apesar dos avanços significativos, a cooperação enfrentou desafios, incluindo diferenças culturais, instabilidade política interna e as pressões da Guerra Fria, o colapso do bloco socialista e a reunificação da Alemanha em 1990 marcaram o fim dessa colaboração, resultando na dissolução dos acordos e na retirada do apoio alemão, este estudo destaca a importância estratégica dessa parceria para o desenvolvimento de Moçambique no período pós-independência e para as dinâmicas geopolíticas mais amplas da época.

Palavras-chave: Moçambique, República Democrática Alemã, Tratado de Amizade e Cooperação, cooperação bilateral.

Abstract

This study analyzes the international cooperation between the People's Republic of Mozambique and the German Democratic Republic (GDR) from 1979 to 1990, emphasizing its political, economic, social, and educational dimensions, rooted in a shared socialist ideology, this partnership aimed to strengthen Mozambique's development after independence and expand socialist influence in Southern Africa. The 1979 Treaty of Friendship and Cooperation laid the groundwork for bilateral agreements, such as the employment of Mozambican workers in East Germany and the creation of the “School of Friendship” in Staßfurt, which trained hundreds of Mozambican youths, additionally, the GDR provided military and technical training to Mozambican soldiers and professionals.

Despite significant achievements, the cooperation faced challenges, including cultural differences, internal political instability, and the pressures of the Cold War, the collapse of the socialist bloc and the reunification of Germany in 1990 marked the end of this collaboration, leading to the dissolution of agreements and the withdrawal of German support. This study highlights the strategic importance of this partnership for Mozambique's post-independence development and the broader geopolitical dynamics of the era.

Keywords: Mozambique, German Democratic Republic, Treaty of Friendship and Cooperation, bilateral cooperation.

Cronologia

Novembro de 1977: Uma delegação moçambicana, liderada por Marcelino dos Santos, visita a RDA, resultando na adoção de importantes acordos de cooperação econômica, científica e técnica.

15 de novembro de 1977: Assinatura de um acordo de cooperação no domínio da economia, ciência e tecnologia durante a visita de uma delegação governamental moçambicana à RDA.

13 de setembro de 1977: Na Feira de Outono de Leipzig, é celebrado um acordo para o rápido desenvolvimento da cooperação econômica entre Moçambique e a RDA.

1979: Assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã, durante a visita do Presidente Erich Honecker a Moçambique.

Fevereiro de 1979: Assinatura de um acordo para o emprego e formação de trabalhadores moçambicanos nas fábricas da RDA. Marcelino dos Santos, então Ministro do Planeamento e figura central da FRELIMO, assinou o acordo em nome do Governo moçambicano.

1981: Assinatura de um acordo para a criação da Escola da Amizade em Staßfurt, no distrito de Magdeburg, para a educação de jovens moçambicanos.

1982-1988: Cerca de 899 crianças moçambicanas completam seis anos de ensino secundário e formação profissional na Escola da Amizade.

Mai de 1979: Assinatura de um Protocolo de Cooperação Militar durante a visita do Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Armando Emilio Guebuza, a Berlim Oriental.

3 de outubro de 1990: A República Democrática Alemã é incorporada pela República Federal da Alemanha, marcando o fim da RDA e impactando as políticas de cooperação estabelecidas com Moçambique.

Lista de abreviações e siglas

COMECON- Conselho para Assistência Econômica Mútua;

RDA - República Democrática Alemã;

FRELIMO - Frelimo de libertação de Moçambique;

SED- Sozialistische Einheitspartei Deutschlands, Socialist Unity Party of Germany;

PSUA- Partido Socialista Unificado da Alemanha, Socialist Unity Party of Germany;

RPM - República Popular de Moçambique;

RFA- República Federal da Alemanha;

OJM - Organização da Juventude Moçambicana;

OTM- Organização dos Trabalhadores Moçambicanos;

Índice

Declaração de honra.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Epigrafe.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Cronologia.....	ix
Lista de abreviações e siglas.....	x
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Contextualização.....	14
1.2. Problematização.....	14
1.3. Justificativa.....	15
1.4. Objectivos.....	16
1.4.1. Objectivo geral.....	16
1.4.2. Objectivos específicos.....	16
1.5. Pergunta de partida.....	16
1.6. Justificativa das balizas cronológicas.....	16
1.7. Metodologia.....	17
1.8. Estrutura do trabalho.....	17
1.9. Descrição dos países em estudo.....	18
CAPÍTULO II: POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE	
MOÇAMBIQUE E DA RDA.....	19
2.1. Política externa da República Popular Moçambique.....	19
2.2. Política externa alemã.....	21

CAPÍTULO III: RAZÕES DA COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ ENTRE 1979-1990	23
3.1. Relações bilaterais entre RDA e República Popular de Moçambique.....	26
3.1.1. Relações iniciais entre a FRELIMO e a RDA 1975-1978	26
CAPÍTULO IV: TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ 1979	28
4.1. Trabalhadores contratados moçambicanos na Alemanha Oriental	30
4.2. Acordo Bilateral na área da educação: Jovens estudantes moçambicanos na Alemanha Oriental: a experiência socialista da ‘Escola da Amizade’ em Staßfurt	32
4.3. Critério de seleção para escola de Amizade	34
4.4. Treinamento militar de soldados moçambicanos na Alemanha Oriental.....	36
CAPÍTULO V: REUNIFICAÇÃO E REPATRIAMENTO ALEMÃO E O SEU IMPACTO PARA COOPERAÇÃO.....	37
4.1. Impactos da cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã.....	40
CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO	42
5.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
5.2. ANEXOS	46

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A história de Moçambique está intrinsecamente ligada à cooperação internacional, desde a luta pela libertação, o país contou com o apoio de diversos parceiros, o que demonstra a relevância desse tipo de relacionamento para o desenvolvimento nacional, a cooperação continua sendo um pilar fundamental para impulsionar o potencial moçambicano em diversos sectores.

O período colonial em Moçambique foi marcado pela imposição da cultura, economia e política portuguesas sobre a população nativa, diante desse cenário, o movimento de libertação nacional moçambicano buscou a solidariedade de diversos países, tanto no continente africano quanto em outras regiões do mundo, para fortalecer a luta pela autodeterminação e independência.

O vínculo entre Moçambique, particularmente com o movimento da FRELIMO, e a RDA, iniciado na década de 1960, aprofundou-se ao longo do tempo, resultando em uma relação estreita e duradoura.

Segundo (Doering, 1999: 143) “A cooperação entre a Frelimo e a ex-República Democrática Alemã (RDA) se estendeu por quase três décadas, desde os anos 60 até o final dos anos 80”, iniciada por Marcelino dos Santos em 1963, essa parceria foi consolidada por Samora Machel a partir de 1971, evoluindo ao longo do tempo e marcando significativamente a história de ambos os países.

1.2. Problematização

A cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã (RDA) entre 1979 e 1990 evidencia uma relação bilateral significativa, marcada por interesses ideológicos, econômicos, educacionais e militares. Durante o período pós-independência de Moçambique, o país buscou apoio de nações que pudessem contribuir para a superação do legado colonial e a construção de uma sociedade socialista, a RDA, alinhada ideologicamente com o marxismo-leninismo, tornou-se um parceiro estratégico, oferecendo suporte técnico, econômico e educacional, além de treinamento militar.

O Tratado de Amizade e Cooperação de 1979 estabeleceu as bases para esse relacionamento, com iniciativas como a formação de trabalhadores moçambicanos em fábricas da Alemanha Oriental, a criação da Escola da Amizade em Staßfurt, que capacitou centenas de jovens moçambicanos, e o treinamento de soldados moçambicanos na RDA.

Contudo, a cooperação entre os dois países não foi isenta de desafios, especialmente em virtude das diferenças culturais, das condições políticas e econômicas internas de Moçambique, e das pressões externas decorrentes da Guerra Fria.

1.3. Justificativa

A cooperação internacional entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã (RDA) entre 1979 e 1990 é um tema de grande relevância histórica e acadêmica. Este período foi marcado por uma série de acordos e iniciativas que visavam fortalecer os laços políticos, econômicos e sociais entre os dois países, ambos alinhados ideologicamente ao socialismo. A escolha deste tema para o Trabalho de Final de Curso (TFC) justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que moldaram as relações bilaterais durante um período crucial para ambos os países. A análise dessa cooperação permite explorar como Moçambique, recém-independente, buscou apoio internacional para consolidar seu desenvolvimento e como a RDA, em meio à Guerra Fria, utilizou a cooperação como uma ferramenta de influência política e ideológica.

Além disso, o estudo das políticas de cooperação e seus impactos oferece uma visão crítica sobre a sustentabilidade e os desafios enfrentados por Moçambique após a reunificação alemã, a investigação das áreas de cooperação, como educação, formação profissional, e desenvolvimento econômico, revela as complexidades e as consequências de tais parcerias para o desenvolvimento de Moçambique.

1.4. Objectivos

Nesta secção apresenta-se os objectivos que nortearam a pesquisa.

1.4.1. Objectivo geral

- Analisar a cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã entre 1979 a 1990;

1.4.2. Objectivos específicos

- Descrever a política externa da república popular de moçambique e a República Democrática Alemã;
- Descrever as razões da cooperação bilateral entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã;
- Caracterizar o tratado de amizade e cooperação entre a república popular de moçambique e a república democrática alemã 1979;
- Explicar como a reunificação da Alemanha em 1990 afetou a cooperação entre Moçambique e a RDA;

1.5.Pergunta de partida

Como a cooperação internacional entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã (RDA) entre 1979 e 1990 contribuiu para o desenvolvimento econômico e social de Moçambique?

1.6. Justificativa das balizas cronológicas

O presente estudo terá como balizas cronológicas o período que abrange os anos de 1979 a 1990:

O ano de 1979, com a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, representa um ponto de inflexão nas relações entre Moçambique e a Alemanha Oriental, impulsionando a cooperação em diversos sectores.

1990 é o ano da reunificação da Alemanha marca o fim da RDA e, conseqüentemente, a reavaliação das políticas de cooperação estabelecidas,este evento é um ponto de inflexão que altera significativamente a dinâmica das relações bilaterais e os acordos previamente firmados entre os dois países.

1.7. Metodologia

Segundo Lakatos e Marconi (2008), a metodologia pode ser entendida como o conjunto de actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objectivos de determinada acção. Sendo assim, percebe-se que é a partir da definição da metodologia a ser utilizada que se torna possível definir e abordar determinado problema, integrando conhecimento em relação aos métodos específicos para oferecer a solução.

Este estudo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, conforme preconizado por Gil (2008), a pesquisa bibliográfica, como ele define, consiste na análise de materiais já publicados, como livros e artigos científicos.

Quanto a natureza, a presente pesquisa é qualitativa. Como refere Gil (2008), a pesquisa qualitativa é aquela que propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenómeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contacto directo com a situação estudada, buscando o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

1.8. Estrutura do trabalho

Sob ponto de vista de sua organização, o presente trabalho obedece uma estrutura que compreende seis capítulos. O primeiro capítulo é referente à introdução que junta a contextualização, a problematização, a justificativa, os objectivos, a pergunta de partida, a justificativa das balizas cronológica, a metodologia e a estrutura do trabalho, o segundo capítulo é referente a política externa da República Popular de Moçambique e RDA, o terceiro capítulo é relativo as razões da cooperação bilateral entre a república popular de moçambique e a ex-república democrática alemã entre 1977-1990, o quarto capítulo é referente ao tratado de amizade e cooperação entre a república popular de moçambique e a república democrática alemã 1979, o quinto capítulo aborda-se-a sobre a reunificação e repatriamento alemão e o seu impacto para cooperação e por fim o ultimo capitulo é referente a conclusão, as referências bibliográficas e os apêndices.

1.9. Descrição dos países em estudo

1.9.1. República Democrática Alemã

A República Democrática Alemã (RDA) (em alemão: *Deutsche Demokratische Republik*), comumente chamada de Alemanha Oriental, foi um Estado que existiu entre 1949 e 1990) foi um estado socialista fundado na Alemanha Oriental no dia 07 de Outubro de 1949 como uma reação democrática e antifascista à Segunda Guerra Mundial e à subsequente restauração do capitalismo monopolista na Alemanha Ocidental. A RDA representou uma nova Alemanha, na qual a terra foi redistribuída, os meios de produção socializados e o sistema agrícola coletivizado. Estabeleceram-se sistemas igualitários de educação, saúde e assistência e foram garantidos direitos iguais entre homens e mulheres. O país também cultivou relações econômicas amistosas e estreitas com outros estados socialistas e exerceu solidariedade política e material com países e movimentos que lutavam por independência na América Latina, Ásia e África (Patrick Major & Osmond, 2002).

1.9.2. República Popular de Moçambique

A República Popular de Moçambique foi um estado socialista que existiu no atual Moçambique de 1975 a 1990. A República Popular de Moçambique foi estabelecida quando o país conquistou a independência de Portugal em Junho de 1975 e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) estabeleceu um estado socialista de partido único liderado por Samora Machel. O estado desfrutava de estreitos laços políticos e militares com a União Soviética, que foi uma das primeiras nações a fornecer reconhecimento diplomático e apoio financeiro ao incipiente governo da FRELIMO. Ao longo da sua história, a República Popular de Moçambique permaneceu fortemente dependente da ajuda soviética, tanto em termos financeiros como no que diz respeito à segurança alimentar, combustível e outras necessidades económicas vitais (Vanneman, 1990).

CAPÍTULO II: POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E DA RDA

2.1. Política externa da República Popular Moçambique

De acordo com Frankel (1998) a política externa consiste em decisões e ações, que envolvem em alguma extensão apreciável relações entre um estado e outros, a política externa envolve um conjunto de ações que são feitas dentro das fronteiras dos estados, destinadas a forças existentes fora das fronteiras do país. Ela compreende a formulação e implementação de um conjunto de ideias que governam o comportamento dos estados enquanto interagem com outros estados para defender e aprimorar seus interesses nacionais.

”A política externa é um guia de ações tomadas para além das fronteiras do Estado para promover os objetivos do Estado” (Neack, 2008:9). A definição de Gerner (1995) nos parece pertinente: a política externa é a soma das intenções, declarações e ações de um ator, que pode ser um estado ou outro agente, direcionadas para além de suas fronteiras, e as reações que essas ações geram na comunidade internacional.

Gibson (1944) define política externa como sendo um plano abrangente e completo baseado em conhecimento e experiência para conduzir os negócios do governo com o resto do mundo, seu objetivo é promover e proteger os interesses das nações

A política externa é uma série de objetivos políticos que um determinado país pretende alcançar nas suas relações com outros países do mundo, ou seja, a política externa visa em proteger os interesses nacionais de um país especialmente na perspectiva económica, segurança, prosperidade e acima de tudo, de garantir o bem-estar de um determinado povo (Wasse, 2022).

De acordo com os estudos de Lhalbahadur e Otto (2013), a moldura conceitual sob a qual se pode enquadrar a política externa de Moçambique tem, no seu cerne, o não-alinhamento que tem sido temperado pela compreensão do país das suas limitações em termos de tamanho e estatura, o que lhe tem permitido a habilidade de ser flexível em face dos desafios da arena internacional. Na ótica destes autores, esta abordagem é parcialmente o resultado do pragmatismo introduzido pelo primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo

Mondlane, que tinha trabalhado nas Nações Unidas e estabeleceu relações com líderes e instituições de várias partes do mundo.

Wasse (2022) aponta que a política externa de Moçambique, nos primeiros anos de independência, sob a liderança de Samora Machel, caracterizou-se por uma postura de não alinhamento, buscando estabelecer relações com uma ampla gama de países, com o objetivo de fortalecer a posição internacional do país. A política externa moçambicana, nessa época, era caracterizada por uma postura proativa e internacionalista, buscando promover a descolonização e a luta contra a discriminação racial, tanto no continente africano quanto no cenário global.

Lalbahadur e Otto (2013) argumentam que a consistência do não-alinhamento na política externa de Moçambique começou no terceiro congresso da Frelimo 1976 que teve lugar em 1977, dois anos após a independência, durante o qual a Frelimo adotou formalmente este princípio, importa referir que a política externa de Moçambique conheceu distintas fases, começando do período da luta armada de libertação nacional quando a FRELIMO, no seu segundo Congresso em 1968, delineou as principais linhas, que tiveram continuidade no período pós-independência.

Após a independência em fevereiro de 1977, durante o III Congresso da FRELIMO, realizado em Maputo na qual, pela primeira vez, os membros do Partido e representantes da sociedade encontravam-se em território libertado a FRELIMO radicalizou-se, transformando-se em partido político único em Moçambique, de orientação marxista-leninista, propondo-se a organizar um Estado moderno e uma nova sociedade (FRELIMO 1977:76).

De acordo com Langa (2021), a Frelimo definiu os princípios norteadores da política externa de Moçambique, dando ênfase à construção de parcerias com países que compartilhavam seus valores e objetivos, especialmente aqueles que ofereceram apoio durante a luta pela independência.

Na sua política Externa, a República Popular de Moçambique aplica rigorosamente os princípios da linha política da Frelimo. Neste quadro, a República Popular de Moçambique que dá prioridade ao estabelecimento de

relações diplomáticas com os países que sempre se engajaram ao nosso lado. Durante a Transição a Frelimo acordou estabelecer relações diplomáticas desde a proclamação da Independência com países africanos, países socialistas, asiáticos e europeus que sempre nos apoiaram. A República Popular de Moçambique estabeleceu e desenvolve relações de amizade e cooperação em todos os países na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territoriais, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios (FRELIMO, 1977:81).

Segundo Langa (2021) a inserção internacional de Moçambique foi progressiva, iniciando na década de 1960 com os esforços do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, a política externa de Moçambique tinha como objetivos “criar mais amigos e poucos inimigos” no contexto de bipolaridade ideológica da Guerra Fria.

De acordo com Massangaie (2017), a política externa moçambicana, caracterizada pelo não alinhamento, foi moldada por Eduardo Mondlane e posteriormente aprofundada por Samora Machel, que estabeleceu relações mais estreitas com os países socialistas, como a RDA.

2.2. Política externa alemã

De acordo com Rehmer (1985) os principais objetivos da política externa da República Democrática Alemã estão estabelecidos em sua constituição. O artigo 6 da Constituição da RDA estipula:

1. A República Democrática Alemã, fiel aos interesses do povo e às suas obrigações internacionais, erradicou o militarismo alemão e o nazismo em seu território e segue uma política externa a serviço do socialismo e da paz, da amizade internacional e da segurança.

2. A República Democrática Alemã é para sempre e irrevogavelmente aliada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A estreita e fraterna aliança com ela garante ao povo da República Democrática Alemã um progresso contínuo no caminho do socialismo e da paz. A República Democrática Alemã é uma parte

inseparável da comunidade dos Estados socialistas. Fiel aos princípios do internacionalismo socialista, contribui para o seu reforço, cultiva e desenvolve a amizade, a cooperação universal e a assistência mútua com todos os Estados da comunidade socialista.

3. A República Democrática Alemã apoia os Estados e as nações que lutam contra o imperialismo e seu regime colonial, pela liberdade nacional e pela independência em sua luta pelo progresso. A República Democrática Alemã defende a aplicação dos princípios da coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes e, com base na igualdade de direitos e no respeito mútuo, promove a cooperação com todos os Estados.

4. A República Democrática Alemã trabalha pela segurança e cooperação na Europa, por uma estrutura estável de paz no mundo e pelo desarmamento geral.

5. A propaganda militarista em todas as formas, a guerra e a manifestação de ódio contra credos, raças e nações são punidas como criminosas.

Rehmer (1985) aponta que os princípios sublinharam a política externa da RDA desde sua fundação em 1949, a luta anti-imperialista pela paz, liberdade e progresso, a RDA considera que um de seus principais objetivos de política externa é ser activo em solidariedade com todas as pessoas que lutam pela libertação nacional e social em sua luta contra a tutela e interferência imperialistas, contra o colonialismo, o racismo e o apartheid.

Segundo Vale e Schulz (1981) a RDA classifica o movimento não-alinhado como um factor importante na política internacional, apoia activamente os esforços deste movimento pela paz, contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. A política externa da RDA visava fortalecer sua legitimidade internacional, especialmente entre países socialistas e do Terceiro Mundo.

CAPÍTULO III: RAZÕES DA COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ ENTRE 1979-1990

Segundo Döring e Rüchel (2005) as relações entre a RDA e a FRELIMO datam de antes de Moçambique conquistar a sua tão almejada independência, dado que um movimento de libertação aspira formar um governo, é útil vê-lo como uma estrutura governamental embrionária, a FRELIMO foi um movimento de libertação de orientação marxista-leninista, que teria dado origem a um novo governo socialista em Moçambique. Isto explica claramente porque é que tais relações entre o SED e a FRELIMO começaram antes da independência de Moçambique, em particular, visitas de delegações mútuas entre o SED e a FRELIMO ocorreu em preparação para o que viria depois da independência. Por exemplo, em 1974, uma delegação da FRELIMO foi convidada a Berlim Oriental e toda a reunião entre o SED e a delegação seguiu o protocolo de visitas de Estado, o que significa que a FRELIMO foi considerada a legítima representante de Moçambique.

De acordo com Oppenheimer (2004) as relações de Moçambique com a República Democrática Alemã (RDA) remontam à guerra de independência de Moçambique, depois da independência a RDA torna-se um parceiro importante para o país num vasto conjunto de áreas, dos sectores mineiro (Moatize) ao têxtil (Mocuba), Serviços de segurança (SNASP), formação de professores e comercio externo, entre outros.

A cooperação bilateral entre República Democrática Alemã e a República Popular de Moçambique era fundamentada em objetivos mútuos, a RDA, com sua visão política de apoio a nações em desenvolvimento e libertação nacional, tinha como objetivo principal ajudar Moçambique a romper com as amarras do colonialismo, esse auxílio se materializava em iniciativas para fortalecer a economia e a estrutura social moçambicana, visando construir um país independente e autossuficiente (Doering, 1999).

A RDA construiu o seu mito de estado amigável retratando-se a si mesma como antagonista da Alemanha Ocidental imperialista e racista, ao mesmo tempo que sustenta a política de amizade entre os povos, uma amizade entre povos que tinha como objetivo

proporcionar às nações em desenvolvimento apoio militar, financeiro e político (Döring & Rüchel, 2005).

Para Scatassa (2018) a assistência da RDA aos países em desenvolvimento foi sustentada por factores políticos, ideológicos e económicos, na verdade, para o SED, o Partido da Unidade Socialista, a ajuda era o meio através do qual a construção de uma nova ordem internacional socialista seria realizada, assim, foram desenvolvidas relações especiais com países de orientação socialista, como Moçambique.

Impulsionada por seus princípios ideológicos, a RDA ofereceu apoio a Moçambique com o objetivo de construir um Estado socialista na África Austral. Essa ação se encaixava na estratégia mais ampla da Alemanha Oriental de exportar seu modelo de sociedade e fortalecer os laços com outros países do bloco socialista, em um contexto marcado pela disputa ideológica da Guerra Fria (Howell, 1994).

De acordo com Scatassa (2018) o SED alimentou um interesse particular em Moçambique, tanto por razões económicas como por razões ideológicas, por um lado, ideologicamente falando, o principal interesse era guiar a ex-colónia portuguesa através do desenvolvimento de uma nova sociedade socialista, por outro lado, do ponto de vista económico, Moçambique era uma grande fonte não só de matérias-primas, mas também de força de trabalho e poderia representar um mercado para as exportações da Alemanha Oriental.

A estreita cooperação entre a República Democrática Alemã e a República Popular de Moçambique dependia de interesses mútuos. Em primeiro lugar, a RDA estava politicamente preparada para ajudar Moçambique a superar o seu legado colonial, ou seja, para apoiá-lo na construção de uma base económica e social nacional. A nível ideológico, foi impulsionado pelo desejo de ajudar a ex-colónia portuguesa na construção de uma nova sociedade socialista. Politicamente, o apoio da Alemanha Oriental a Moçambique permitiu à RDA estender a sua influência à África Austral. (Howell, 1994:314).

A Alemanha Oriental pretendia exportar o seu modelo socialista, ampliar ao mesmo tempo a influência da URSS no continente e colocar Moçambique sob a

sua área de influência, como forma de contribuir para a construção de uma nova ordem internacional socialista, ao mesmo tempo, a liderança da FRELIMO pretendia construir um sistema socialista em Moçambique, pelo que se procurou a introdução de políticas económicas e estruturas estatais semelhantes às da RDA (Döring e Rüchel, 2005:43).

Howell (1994) sustenta que, tal como os países capitalistas ocidentais, a RDA tinha um grande interesse em garantir o fornecimento de matérias-primas para a sua indústria. Os principais projectos incluíram a mineração de carvão e pegmatite, as explorações agrícolas estatais, a fábrica têxtil em Mocuba, a reconstrução da linha férrea de Moatize, a produção de rádios, a assistência médica e a pesca licenciada, o foco estava no apoio da Alemanha Oriental à industrialização de Moçambique, no desenvolvimento da agricultura por grandes empresas, no desenvolvimento de infra-estruturas técnicas, na procura e extracção de matérias-primas.

Para compreender essa amizade entre as partes, marcada apenas não so por um tipo de interesse: a economia, no entanto, para os quadros da FRELIMO, o modelo de produção e o sistema político da RDA eram particularmente preocupantes. As áreas em que a cooperação dessas duas elites foi mais intensa foram os sectores de mineração (Moatize) e têxtil (Mocuba), Serviços de Segurança (treinamento e instrução de quadros do SNASP), formação de professores e comércio exterior, entre outros (Reuter & Scheunpflug, 2006).

De acordo com Scatassa (2018) a elite do SED, por outro lado, mais interessada na produção de divisas e no abastecimento básico da população, para garantir sua própria existência, vê na República nascente e em uma elite "obediente" e comprometida com a transformação dos meios de desenvolvimento, até aquele momento marcado pela guerra anticolonial; possibilidade de intervir para resolver os problemas de sua própria dívida externa e da escassez de matérias-primas, colocando a produção de excedentes a baixo custo como prioridade nessa relação.

Para começar, é necessário contextualizar as condições materiais que permitiram a emigração para a RDA, uma vez que é claro que sem o acordo assinado entre a SED e a FRELIMO, não teria havido a possibilidade de mais de 21 mil moçambicanos irem para a Alemanha.

3.1. Relações bilaterais entre RDA e República Popular de Moçambique

3.1.1. Relações iniciais entre a FRELIMO e a RDA 1975-1978

A RDA foi o primeiro estado da Europa de Leste a concluir acordos a nível partidário com a FRELIMO, segundo Döring e Rüchel (2005) as relações entre a RDA e a FRELIMO datam de antes de Moçambique conquistar a sua tão almejada independência, dado que um movimento de libertação aspira formar um governo, é útil vê-lo como uma estrutura governamental embrionária. A FRELIMO foi um movimento de libertação de orientação marxista-leninista, que teria dado origem a um novo governo socialista em Moçambique. Isto explica claramente porque é que tais relações entre o SED e a FRELIMO começaram antes da independência de Moçambique. Em particular, visitas de delegações mútuas entre o SED e a FRELIMO ocorreu em preparação para o que viria depois da independência. Por exemplo, em 1974, uma delegação da FRELIMO foi convidada a Berlim Oriental e toda a reunião entre o SED e a delegação seguiu o protocolo de visitas de estado, o que significa que a FRELIMO foi considerada a legítima representante de Moçambique.

A 13 de Agosto 1975, foi assinado um acordo de cooperação no domínio da ciência e tecnologia, tal acordo estipulava que a RDA deveria admitir no seu território cidadãos da República Popular de Moçambique, com o objectivo de proporcionar formação profissional ou educação superior, permitindo-lhes trabalhar em empresas e instituições da RDA (Tempo, 1975).

De acordo com Butters (2015) a primeira concretização significativa da cooperação económica entre os dois países ocorreu como resultado das negociações de uma delegação chefiada pelo antigo Ministro do Desenvolvimento e Planeamento Económico, Marcelino dos Santos, em Novembro de 1977 na RDA, resultou na adoção de importantes acordos de cooperação económica, científica e técnica, acordos de cooperação em áreas seleccionadas e na criação de um Comité Económico Misto.

No dia 15 de Novembro foi assinado outro acordo de cooperação no domínio da economia, ciência e tecnologia durante a visita de uma delegação governamental da República Popular de Moçambique à República Democrática Alemã. Nesta ocasião, foi também oferecido apoio na formação de quadros pela RDA. Depois de o Politburo do SED ter

decidido, em Dezembro de 1977, formar a Comissão do Politburo para a Coordenação das Relações Económicas, Culturais, Científicas e Tecnológicas com os Países em Desenvolvimento em África, Ásia Mundo Árabe, a cooperação económica com Moçambique também recebeu o mais alto nível político apoio e prioridade económica (Butters, 2015).

A 15 de Novembro de 1977, o ministro do Comércio Exterior da RDA, Horst Sölle, e o ministro do Planeamento e Desenvolvimento de Moçambique, Marcelino dos Santos, assinaram o acordo entre o governo da República Democrática Alemã e o governo da República Popular de Moçambique sobre desenvolvimento económico em Berlim, cooperação científica e técnica (Tempo, 1977).

Segundo Schulz (1995) a RDA conseguiu a entrega e montagem de sistemas industriais completos, a preparação de documentação e documentos de implementação, bem como o envio de peritos, especialmente no que diz respeito às entregas de sistemas e equipamentos em bases comerciais. Moçambique comprometeu-se com a entrega preferencial de matérias-primas minerais, principalmente carvão, para a RDA, cuja produção deverá ocorrer em cooperação com a RDA.

Na Feira de Outono de Leipzig, a 13 de Setembro de 1977, foi celebrado um acordo para o rápido desenvolvimento da cooperação económica com prazo até ao final de 1978, que incluía, entre outras coisas, exportações da RDA para Moçambique no valor de 68,7 milhões de VM e importações de Moçambique no valor de 4,3 milhões de VM (Tempo).

Segundo os estudos de Döring (2005) como parte deste acordo, a RDA entregou 1.010 camiões W50 num curto espaço de tempo, de preferência maquinaria agrícola, tecnologia rodoviária e de comunicações, deverá ser prestado apoio na reparação e expansão da rede eléctrica e na produção de vagões de mercadorias, além das matérias-primas minerais mencionadas no acordo na área de geologia e mineração de 13 de setembro de 1977, Moçambique comprometeu-se com a RDA dando preferência a produtos e produtos agrícolas, especialmente a castanha de caju, chá, sisal, copra, alimentos proteicos e frutas cítricas.

CAPÍTULO IV: TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ 1979

O Tratado foi concluído por ocasião das primeiras viagens de Honecker a África em 1979, marcando o auge do sucesso do envolvimento da Alemanha Oriental em África neste período.

Na viagem de Erich Honecker a Moçambique em Fevereiro de 1979 até à viagem de Erich Honecker a África em Fevereiro de 1979, foi realizado um trabalho intensivo na implementação e cumprimento do “programa imediato”, os contratos terminavam geralmente em Dezembro de 1978, o representante especial Dieter Uhlig viajou várias vezes a Moçambique para verificar este programa. De 4 a 10 de Julho de 1978, teve lugar em Maputo a primeira reunião do Comité Económico Misto, Sete subcomitês foram formados: Comércio exterior, finanças e cooperação económica, mineração e geologia, indústria e energia, agricultura, formação profissional e mão-de-obra, pesca, transportes e Comunicações a lista ilustra as exigências complexas das relações económicas. O foco sempre esteve nas qualificações comerciais (Tempo, 1979).

A assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã constitui o ponto culminante da visita do Presidente Erich Honecker ao nosso país, os Presidentes Samora Machel e Erich Honecker, como dirigentes máximos dos partidos, estados e povos dos dois Países foram os signatários do referido tratado. Onde outros altos responsáveis dos Partidos e Estados dos dois países assinaram importantes documentos de cooperação entre a FRELIMO e PSUA e entre a RPM e a RDA, nos domínios os Indústria e Energia e dos Transportes e Comunicações (Doering, 1999).

O Tratado de Amizade e Cooperação entre a RDA e Moçambique pode ser considerado o tratado bilateral mais relevante na história das suas relações.

Ao ler o Preâmbulo do Tratado pode-se facilmente compreender quais eram as intenções de ambos os lados ao concluir tal acordo¹:

A República Democrática Alemã e a República Popular de Moçambique, tendo em vista a amizade fraterna e a cooperação entre os seus partidos e povos, já forjada durante a luta armada de libertação do povo moçambicano, baseada no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário;

Determinado a contribuir para a criação de condições favoráveis à continuação do processo revolucionário no mundo;

Guiados pelo desejo, com o aprofundamento da amizade fraterna e da cooperação entre a República Democrática Alemã e a República Popular de Moçambique, de contribuir para a consolidação da aliança anti-imperialista natural entre os estados socialistas e os movimentos de libertação nacional, bem como quanto à maior unidade de todos para proporcionar paz, democracia e progresso social às forças em luta;

Repleto dos ideais da luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o apartheid;

Determinado a contribuir para a consolidação da paz e da segurança de todos os povos;

Dispostos a desenvolver ainda mais os avanços sociais e económicos de ambos os países e a apoiar-se mutuamente;

Reafirmando a sua lealdade aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas;

Decidimos assinar este acordo de amizade e cooperação [...].

¹ Ver páginas 46-47 do Apêndice para o texto completo do Tratado de Amizade e Cooperação

O Tratado apelou à cooperação em vários domínios, como a ciência e a tecnologia, a política e a cultura. Foram particularmente destacadas as relações económicas, a cooperação industrial e comercial, a cooperação no domínio das telecomunicações e a formação de trabalhadores moçambicanos.

O Tratado de Amizade e Cooperação também continha artigos sobre cooperação militar. O Artigo 5 previa a cooperação militar com o objetivo de fortalecer as capacidades de defesa dos dois estados. Além disso, de acordo com o Artigo 10, caso surja uma situação que ameace ou viole a paz, ambos os Estados devem contactar-se imediatamente, a fim de harmonizar e coordenar as suas posições relativamente eliminação do perigo iminente ou à restauração da paz:

Arte. 10: No caso de uma situação que possa ameaçar ou violar a paz, as Altas Partes Contratantes contactar-se-ão imediatamente para coordenar as suas posições para eliminar a ameaça ou para restaurar a paz.

4.1. Trabalhadores contratados moçambicanos na Alemanha Oriental

De acordo com Scatassa (2018) em Fevereiro de 1979, a RDA e o Ministério do Trabalho de Moçambique assinaram um acordo para o emprego e formação de trabalhadores moçambicanos nas fábricas Alemanha Oriental.

Conforme descreve Lucas (2002) o Tratado de Amizade e Cooperação entre a RDA e a República Popular de Moçambique, assinado em 24 de Fevereiro de 1979, foi o prelúdio para as subsequentes histórias comoventes de trabalhadores contratados moçambicanos na RDA. A base para a contratação de trabalhadores contratados moçambicanos na RDA foi o Acordo entre o Governo da República Democrática Alemã e o Governo da República Popular de Moçambique sobre o emprego temporário de trabalhadores moçambicanos em empresas socialistas da República Democrática Alemã.

O quadro da política de cooperação entre o governo moçambicano e alemão, que culminou com a assinatura, em 24 de Fevereiro de 1979, do Acordo sobre o Emprego Temporário de jovens moçambicanos nas empresas da antiga Alemanha Democrática. Assim, na sequência da assinatura deste Acordo, muitos jovens

moçambicanos de ambos os sexos foram enviados para aquele país europeu afim de trabalhar e formar-se em diversas especialidades num período de quatro anos passíveis de ser renovados aquando do seu término (Howell, 1994:317).

Howell (1994) sustenta que o acordo visava o emprego e formação dos trabalhadores moçambicanos nas fábricas da Alemanha Democrática. Para a ex-RDA, era uma forma de aliviar a falta de mão-de-obra, enquanto que para Moçambique era uma oportunidade para o desenvolvimento de especialização industrial que a longo curso, levaria à emergência duma classe trabalhadora, parte essencial para a construção de então perspectivada sociedade Socialista. Pode-se identificar dois estágios no recrutamento de moçambicanos. Este projecto deveria ter ajudado a Alemanha Oriental a aliviar a sua escassez de mão-de obra, proporcionando ao mesmo tempo a Moçambique uma oportunidade para desenvolver competências industriais.

A base para a contratação de trabalhadores contratados moçambicanos na RDA foi o Acordo entre o Governo da República Democrática Alemã e o Governo da República Popular de Moçambique sobre o emprego temporário de trabalhadores moçambicanos em empresas socialistas da República Democrática Alemã (Lucas, 2002).

Foram identificadas duas fases distintas no emprego de trabalhadores contratados moçambicanos, a primeira vai de 1979 a 1985, durante estes anos, os trabalhadores enviados para a RDA foram cuidadosamente seleccionados em todo o país e no período entre 1985 e 1989, a necessidade crítica de mão-de-obra extra da RDA levou a um aumento no recrutamento com uma selecção menos cuidadosa (Ulrich, 2005).

De acordo com Lucas (2002) o recrutamento era dinamizado pelas organizações de massa tais como a OJM (Organização da Juventude Moçambicana) e a OTM (Organização dos Trabalhadores Moçambicanos) central sindical e o Governo representado pelos Ministérios de Trabalho e de Saúde. Estes ministérios mandavam agentes fiscais responsáveis pelo controlo do cumprimento do Acordo e agentes de inspeção médica.

4.2. Acordo Bilateral na área da educação: Jovens estudantes moçambicanos na Alemanha Oriental: a experiência socialista da ‘Escola da Amizade’ em Staßfurt

O projeto educacional da FRELIMO, após a independência, era uma resposta direta às profundas desigualdades sociais e econômicas deixadas pelo colonialismo português. A alta taxa de analfabetismo, que ultrapassava 90%, era um reflexo da política educacional elitista e excludente do passado, a visão da FRELIMO era construir um sistema educacional que não apenas alfabetizasse a população, mas também promovesse a emancipação social e econômica, alinhando-se aos ideais revolucionários da época (Agneta, 1988).

Segundo Müller (2010) a prioridade da FRELIMO era a educação de uma intelectualidade nacional, juntamente com o objectivo geral de introduzir a educação para todos a educação era vista como um pré-requisito para garantir a independência nacional, esta postura um tanto heróica em relação à educação foi vividamente demonstrada em slogans como estudar, combater, produzir, a FRELIMO confiou na ajuda educacional dos estados socialistas, concretamente a RDA.

No contexto da Guerra Fria, a RDA implementou uma política de cooperação educacional com países recém-independentes, com o objetivo de fortalecer laços e promover o socialismo. A "Escola da Amizade" foi um exemplo emblemático dessa política, oferecendo a crianças moçambicanas a oportunidade de estudar na Alemanha Oriental, em um programa educacional sem precedentes na história do país (Müller, 2010).

De acordo com (Scatassa, 2018) em outubro de 1981, os dois países assinaram um acordo para a criação da Escola da Amizade em Staßfurt, no distrito de Magdeburg. Conforme previsto no acordo, entre 1982 e 1988, um total de 899 crianças moçambicanas completaram seis anos de ensino secundário e formação profissional na Escola da Amizade. Educar uma futura elite para Moçambique era o seu objectivo.

Schenck e Raposo (1999) afirmam que quando Moçambique alcançou a independência em 1975, surgiram novas oportunidades de troca de conhecimento e encontros socialistas no sector educacional, o alinhamento socialista da (FRELIMO) permitiu ao país explorar redes internacionais de conhecimento que conectam países socialistas em todo o mundo.

Para Machel (1982) a ideia da Escola da Amizade (Schule der Freundschaft, SdF) nasceu nos círculos de liderança da FRELIMO no final da década de 1970, onde presidente Samora Machel (1975-86) priorizou a educação profissional para fornecer ao país industrializado mão de obra qualificada na ausência de uma classe trabalhadora profissional. Isso foi importante tanto ideologicamente quanto praticamente, não apenas a classe trabalhadora era a classe revolucionária na exegese marxista-socialista favorecida por Machel, mas no rescaldo da negligência colonial da educação e do êxodo dos colonos portugueses, o jovem República Popular de Moçambique (RPM) carecia de pessoas com habilidades profissionais.

A educação representou um grande aspecto da “solidariedade socialista” da RDA, a Alemanha Oriental não só enviou especialistas para estados africanos, mas também permitiu que pessoas desses estados estudassem na RDA, de 1970 em diante, ca. 15.500 pessoas de países em desenvolvimento com orientação socialista completaram os seus estudos num instituto de ensino superior ou técnico da Alemanha Oriental, em 1983, em particular, 5.951 cidadãos desses estados estavam matriculados em cursos educacionais na RDA, abrangendo áreas como economia, engenharia, transportes e agronomia. (Schenck, 2020: 35).

Müller (2010) aponta que, em outubro de 1981, os dois países assinaram um acordo para a criação da Escola da Amizade em Staßfurt, no distrito de Magdeburg, conforme previsto no acordo, entre 1982 e 1988, um total de 899 crianças moçambicanas completaram seis anos de ensino secundário e formação profissional na Escola da Amizade, educar uma futura elite para Moçambique era o seu objectivo.

A lógica da criação da escola da Amizade foi dupla, combinando objectivos económicos e ideológicos, por um lado, pretendia produzir uma elite educada de profissionais de orientação socialista que iriam assumir posições cruciais no desenvolvimento futuro de Moçambique como um estado socialista industrial, por outro lado, os alunos foram treinados para se tornarem pessoal qualificado destinado a trabalhar em novas joint ventures entre a RDA e Moçambique (Reuter & Scheunpflug, 2006).

Na visão de Müller (2010) as políticas de desenvolvimento internacional da Alemanha Oriental foram caracterizadas pela coexistência de dois objectivos básicos: o primeiro era

garantir a sobrevivência econômica do Estado, e o segundo era promover o socialismo e honrar um compromisso de solidariedade internacional com “aqueles subjugados”, pela ordem mundial capitalista, dentro desta linha política, torna-se claro que a escolarização de jovens de países em desenvolvimento de orientação socialista em internatos na RDA representou um pilar importante da política de cooperação internacional.

Assim, quando em 1979 foi assinado o Tratado de Amizade e Cooperação entre a RDA e a República Popular de Moçambique, a FRELIMO começou a olhar para a RDA para receber mais apoio na criação de um sistema educacional baseado em valores socialistas e que enfatizasse uma relação simbiótica entre o estudo acadêmico, a prática e sua aplicação produtiva. Do ponto de vista moçambicano, o principal objetivo educacional era a criação de um pessoal doméstico novo, socialista, equipado com habilidades técnicas e profissionais necessárias para o futuro desenvolvimento social e econômico de Moçambique (Kruse, 1994: 215).

Segundo Schenck e Raposo (2000) para o círculo de liderança da FRELIMO, estabelecer a escola em Moçambique estava fora de questão, devido à guerra em curso, à escassez de oportunidades de estágio e aos desafios de financiamento, nessas circunstâncias, não parecia possível manter uma escola isolada com condições de elite no próprio país era mais prudente transferir as crianças. O SdF deveria ser uma visão do futuro científico-marxista de Moçambique, na qual o tribalismo, o ocultismo e a má rotina de trabalho deveriam ser superados.

4.3. Critério de seleção para escola de Amizade

De acordo com Müller (2010) em fevereiro de 1982, coordenado pelo Ministério da Educação e Cultura de Moçambique, iniciou-se a seleção dos alunos destinados a continuar seus estudos na Escola da Amizade, o objetivo era recrutar crianças de todo o país, incluindo postos avançados rurais, 900 candidatos foram originalmente selecionados com base na representação igual de cada província, com preferência especial para os filhos de trabalhadores, camponeses e revolucionários, a proximidade política das famílias dos estudantes com a FRELIMO foi, portanto, levada em consideração.

Lucas (2002) Apud Scatassa (2018) outros critérios foram o desempenho académico (alunos que concluíram com sucesso o ensino primário em Moçambique com boas notas, se possível como os melhores do seu ano), disciplina na escola, comportamento social, estado de saúde, origem social, idade (idealmente, as crianças deveriam ter entre 12 e 14 anos de idade), boa saúde e o acordo dos pais ou responsáveis.

Na realidade, porém, a seleção resultou desproporcional, pois a maioria dos alunos veio da área de Maputo. Sua idade também se desviou aproximadamente dos requisitos. Quando chegaram a Staßfurt, os jovens moçambicanos deveriam ter entre dez e doze anos; na verdade, eles tinham entre nove e dezesseis anos (Müller, 2010).

Reuter e Scheunpflug (2006) destaca que o número real de alunos que foram enviados a Staßfurt para frequentar a Escola da Amizade foi de 899, dos quais 695 eram meninos e 204 meninas 149.

Uma das razões para visar as crianças de todo o Moçambique foi o objectivo da FRELIMO de formar um novo homem, espalhando a identidade moçambicana comum entre os participantes, juntamente com um profundo compromisso para com o país e a FRELIMO como o principal agente da mudança progressista, opondo-se a identidades (Scheunpflug & Krause, 2000).

Segundo Scheunpflug e Krause (2000) para os próprios estudantes, o motivo pessoal da candidatura foi a perspectiva de uma carreira profissional e a esperança de um conseqüente avanço social e económico Moçambique, outra razão para se candidatar à Escola da Amizade foi, obviamente, a oportunidade de evitar os perigos representados pela guerra civil.

A proposta da FRELIMO de construir escolas na República Democrática Alemã para crianças de Moçambique foi talvez a extensão lógica da estreita relação entre Moçambique e a Alemanha Oriental, tais propostas vindas de representantes da FRELIMO foram específicas e persistentes. Por exemplo, em setembro de 1980, a embaixada da Alemanha Oriental em Maputo recebeu um memorando do Ministério da Educação e Cultura de Moçambique, contendo um pedido de construir escolas na RDA para um total de 2.000 estudantes moçambicanos, bem

como fornecer formação profissional para os mesmos, o memorando também solicitava assistência na construção de escolas técnicas para outros 700 a 1.000 alunos em Moçambique (Reuter & Scheunpflug, 2006: 56).

Segundo Scheunpflug e Krause, 2000 o ensino era orientado para três objetivos principais, a primeira foi educar e dotar os alunos de qualificações para promover o desenvolvimento económico Moçambique, em segundo lugar, pretendia proporcionar uma educação socialista a fim de preparar a jovem elite do estado irmão para as suas actividades, em terceiro lugar, as lições deveriam ajudar a prevenir a alienação dos jovens moçambicanos do seu verdadeiro lar.

Os currículos da RDA foram, portanto, especificamente modificados e algumas disciplinas, como educação política, história, geografia português, foram ministradas em português por professores moçambicanos. Além disso, com base no programa escolar, ministravam aos alunos actividades culturais. que incluíam o ensino de danças, cantos e prosa típicas moçambicanas, além disso, nos feriados da República Popular de Moçambique era feriado na Escola da Amizade (Müller, 2010).

A escola funcionou até 1988, um ano antes do colapso do bloco comunista, a primeira (Scheunpflug & Krause, 2000).

4.4. Treinamento militar de soldados moçambicanos na Alemanha Oriental

Além da cooperação económica, técnica e educacional, a RDA e Moçambique cooperaram também no campo do treinamento militar, o que significa que muitos soldados moçambicanos permaneceram na RDA para seguir um treinamento militar.

Glass (1980) argumenta que como a RDA era considerada um país relativamente rico entre os estados do Comecon, e dada sua relativa liberdade de manobra, era considerada mais do que capaz de receber ajuda africana. Ao mesmo tempo, a Alemanha Oriental era considerada eficiente na criação de partidos políticos e na organização de quadros e órgãos de segurança. Ao fornecer essa assistência durante a Guerra Fria, a RDA passou a se retratar como "o aliado natural dos antigos povos coloniais".

Em novembro de 1974, pela primeira vez, Machel solicitou diretamente ao embaixador da Alemanha Oriental em Dar-es-Salam para treinamento militar, de acordo com o pedido de Machel, 300 combatentes da FRELIMO deveriam ter sido treinados na RDA. A realização de tal projeto significaria uma nova forma de ajuda militar. Em seis meses, os combatentes da FRELIMO devem ter recebido primeiro uma educação básica e depois uma educação especial.

De acordo com o Artigo 5, um Protocolo de Cooperação Militar foi acordado em maio de 1979 durante a visita do Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Armando Emilio Guebuza, em Berlim Oriental.

CAPÍTULO V: REUNIFICAÇÃO E REPATRIAMENTO ALEMÃO E O SEU IMPACTO PARA COOPERAÇÃO

“A queda do muro de Berlim significou o fim de uma era, o fim de um ciclo que marcou mais de meio século no sistema internacional” (Plate et al., 2009: 135). Entretanto, é importante também compreender de que maneira o cenário internacional influenciou nas ações tomadas em 1989, que culminaram no fim da República Democrática da Alemanha e, conseqüentemente, na reunificação alemã.

No entendimento de Gusmão & Previdelli (2017) a absorção da República Democrática da Alemanha pela vizinha República Federal no início da década de 1990 do século XX, marcou o início de uma nova era para as relações dos países europeus, e do mundo como um todo. A queda do Muro de Berlim assinalou o início do fim da Guerra Fria e uma nova configuração do mundo dominado por apenas uma potência.

”Em outubro de 1990, a República Federal da Alemanha (RFA) incorporou oficialmente a República Democrática da Alemanha (RDA) ” (Osório, 2010:96). Vizontini (2007) aponta que dessa forma, a Alemanha, que antes estava na fronteira oriental europeia, voltou a ser o seu centro, reconstituindo o Mittle Europa.

Ávila (2010) sustenta que o processo já previsto de reunificação do território alemão teve seu verdadeiro pontapé inicial a partir das eleições convocadas em março de 1990. Na

ocasião, os grandes partidos da RFA apoiaram intensamente seu contraparte germano oriental, de modo que, evidentemente este apoio culminou no favorecimento dos candidatos de certo modo queridos pela RFA.

Mayer e Thumann (1990) argumentam que no dia 3 de outubro de 1990, a República Democrática Alemã (RDA) deixou de existir ficaram em seu lugar cinco estados federais, que no mesmo dia passaram a integrar a República Federal da Alemanha (RFA). O fim do sistema político e econômico da RDA e o renascimento da região dentro das fronteiras ampliadas da RFA levantaram questões da maior importância, cuja solução exige determinação e prudência.

Segundo Scatassa (2018) o colapso do bloco socialista marcou o fim de uma era de cooperação entre a RDA e Moçambique, a reunificação alemã resultou na dissolução dos órgãos responsáveis pela ajuda ao desenvolvimento, criando incertezas sobre o futuro da cooperação, a ascensão de novas forças políticas na Alemanha e a reestruturação do governo levaram à reconfiguração do programa de assistência, que passou a ser administrado pelo Ministério da Cooperação Econômica da RFA.

De acordo com Ulrich (2005) o colapso da Europa Oriental em 1989 marcou o fim da ajuda socialista ao mundo em desenvolvimento, enquanto o futuro das pessoas provenientes de países do Terceiro Mundo que trabalhavam na RDA era incerto devido à reunificação alemã, o Ministério interino da Cooperação Econômica da Alemanha Oriental foi dissolvido logo após a reunificação, consequência, como o programa de ajuda veio totalmente sob a jurisdição do Ministério da Cooperação Econômica da RFA. Portanto, a partir desse momento, apenas os projectos que fossem compatíveis com os princípios de desenvolvimento da antiga Alemanha Ocidental deveriam ser continuados.

O colapso da Europa Oriental em 1989 marcou o fim virtual da ajuda socialista ao mundo em desenvolvimento. O fim da RDA em 1989 e a reunificação da Alemanha em Outubro de 1990 deixaram grandes pontos de interrogação sobre o futuro do desenvolvimento da assistência (Howell, 1994: 299).

Segundo Scatassa (2018) após a dissolução formal do Estado em Novembro desse ano, foram rapidamente tomadas novas disposições organizacionais para lidar com o legado da

ajuda, com o descrédito do SED e dos seus órgãos associados, muitas das forças políticas que anteriormente tinham sido marginalizadas e reprimidas no processo político durante os anos da Guerra Fria começaram a desempenhar um papel mais proeminente. O Ministério interino da Cooperação Económica da RDA foi dissolvido logo após a reunificação e o programa de ajuda ficou totalmente sob a jurisdição do Ministério da Cooperação Económica da RFA.

Os tratados intergovernamentais entre a RDA e outros países apresentavam problemas, uma vez que a Alemanha Federal não se sentia responsável pelos tratados celebrados pela RDA. Um total de 200 acordos de cooperação e intergovernamentais com 60 países em desenvolvimento foram assinados pela Alemanha Oriental até 1989. Além disso, naquela altura havia também 72.000 trabalhadores estrangeiros nas fábricas da Alemanha Oriental, entre eles 15.500 moçambicanos (Döring & Rüchel, 2005).

Scatassa (2018) aponta que a República Federal não se sentia responsável pelos trabalhadores contratados, embora as organizações continuassem a salientar que tal questão era da responsabilidade conjunta de ambos os governos alemães, uma vez que o estatuto dos trabalhadores contratados moçambicanos era comparável ao dos trabalhadores convidados, na antiga República Federal, portanto, a partir de então, apenas os projectos que estivessem em conformidade e fossem compatíveis com os princípios de desenvolvimento da antiga Alemanha Ocidental deveriam ser continuados.

Bastante problemático foi o facto de não haver coordenação ou monitorização central da ajuda da RDA, e uma avaliação abrangente só se ter tornado possível nos anos intercalares de 1989 e 1990, período em que tiveram de ser tomadas decisões rápidas sobre a conveniência e a conveniência de continuar vários projetos (Howell, 1994: 319).

Howell (1994) afirma que a Alemanha recentemente reunificada enfrentou o problema imediato de lidar com 200 acordos de cooperação e intergovernamentais com 60 países em desenvolvimento, contudo, a rescisão dos contratos dos peritos da RDA em meados de 1991 marcou o fim da assistência técnica a Moçambique.

4.1. Impactos da cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã

De acordo com Butters (2015) a cooperação entre os dois países era marcada por uma relação de complementaridade, enquanto Moçambique possuía abundantes recursos naturais, a RDA dispunha de um parque industrial desenvolvido e de mão de obra qualificada, essa combinação de factores tornou a parceria vantajosa para ambas as partes. Dado que durante o domínio português os trabalhadores portugueses eram empregados nas posições de trabalho mais elevadas, aquelas que exigiam conhecimentos especializados, uma vez que Moçambique obteve a sua independência ficou sem trabalhadores especializados, dada a falta de especialistas, a RDA e Moçambique cooperaram também neste domínio; especialistas da Alemanha Oriental foram enviados para trabalhar em Moçambique e, vice-versa.

A cooperação no campo de serviços especializados e treinamento de aprendizagem normalmente complementa de perto as relações comerciais entre a RDA e Moçambique, a título de exemplo destaca-se, o envio de especialistas e o treinamento de quadros, normalmente fazem parte de uma transação de vendas de máquinas e equipamentos de CDR para Moçambique (Schulz, 1995).

A formação de quadros locais é outro pilar crucial dessa cooperação, ao capacitar técnicos e engenheiros moçambicanos, a Alemanha não apenas contribui para o desenvolvimento das capacidades nacionais, mas também garante a continuidade das operações após a conclusão dos projetos (Ulrich, 2005).

Shulz (1995) afirma que, o acordo comercial com a empresa da Alemanha Oriental "Schwarze Pumpe" para ajudar na operação da mina de carvão em Moatize foi acompanhado pelo envio de especialistas da RDA sob o acordo de cooperação científica e técnica entre a RDA e Moçambique, a presença de especialistas da RDA permitiu a transferência de conhecimentos e técnicas avançadas na área da mineração.

Mais de 700 treinamento tanto no nível profissional quanto no universitário dentro da RDA é um elemento importante da cooperação na esfera científica e técnica, cerca de 9.000 cidadãos estrangeiros estudam em universidades da Bast German e milhares mais recebem treinamento técnico por meio de programas de aprendizagem. (Schulz, 1995:23).

A cooperação no sector agrícola com o objetivo de aumentar a produção agrícola e garantir a segurança alimentar em Moçambique, a RDA forneceu equipamentos agrícolas, fertilizantes e especialistas, em troca, a RDA recebia produtos agrícolas, criando uma relação de troca mutuamente benéfica, o projeto de cultivo de milho em Niassa é um exemplo concreto dessa cooperação (Butters, 2015). Ao fornecer equipamentos, fertilizantes e especialistas, a RDA não apenas visava aumentar a produção agrícola, mas também estabelecer uma relação de troca mutuamente benéfica.

A cooperação entre a RDA e Moçambique abrangeu diversos sectores, incluindo a indústria e a educação. A construção de fábricas e a transferência de tecnologia industrial foram cruciais para o desenvolvimento econômico de Moçambique, ao mesmo tempo, Müller (2010) aponta que a Alemanha Oriental investiu na formação de recursos humanos, construindo escolas e oferecendo bolsas de estudo, a título de exemplo foi a criação da Escola da Amizade que proporcionou a jovens moçambicanos uma educação de alta qualidade, preparando-os para assumir papéis de liderança em diversos sectores da sociedade moçambicana.

CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO

A cooperação bilateral entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã (RDA) entre 1979 e 1990 foi um período marcante e complexo, repleto de desafios e realizações, este estudo revelou que a parceria entre os dois países. Essa parceria, estabelecida num contexto de alinhamento ideológico (ambos países adotaram regimes socialistas), visava o desenvolvimento de Moçambique e a consolidação do sistema socialista na região, teve impactos significativos nas áreas política, econômica, social e educacional de Moçambique.

Politicamente, a cooperação com a RDA influenciou as políticas internas de Moçambique, ajudando a moldar um governo alinhado aos ideais socialistas, entre tanto, a implementação dessas políticas enfrentou desafios consideráveis, especialmente devido às condições internas e externas adversas.

Economicamente, os projetos de cooperação, como a mineração em Moatize e a produção têxtil em Mocuba, contribuíram para o desenvolvimento industrial de Moçambique. A transferência de tecnologia e a formação de quadros locais foram cruciais para a sustentabilidade desses projetos, no entanto, a eficácia e a longevidade de alguns projetos foram limitadas por factores como a guerra civil e a instabilidade política.

Socialmente, a cooperação teve um impacto profundo na educação e na formação profissional, a criação da Escola da Amizade em Staßfurt exemplifica o compromisso da RDA em apoiar a formação de uma elite educada em Moçambique, este projeto, embora ambicioso, enfrentou desafios logísticos e culturais, mas deixou um legado duradouro na educação moçambicana.

A reunificação da Alemanha em 1990 marcou o fim da cooperação formal entre Moçambique e a RDA, a dissolução dos acordos de cooperação e a retirada dos especialistas alemães criaram um vácuo que Moçambique teve que preencher com novos parceiros internacionais, este evento destacou a vulnerabilidade de Moçambique à dependência de ajuda externa e a necessidade de diversificar suas parcerias internacionais.

Em suma, a cooperação entre Moçambique e a RDA foi uma experiência rica em aprendizados e contribuições mútuas. Embora tenha enfrentado inúmeros desafios, os benefícios obtidos em termos de desenvolvimento econômico, social e educacional são inegáveis. Este estudo sublinha a importância das parcerias internacionais na construção de nações recém-independentes e a necessidade de uma abordagem crítica e sustentável para a cooperação internacional.

5.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agneta, L., 1988. *Adult Literacy Lessons and Promises: The Mozambican Literacy Campaigns 1978–1982*. Stockholm: Institute of International Education.

Butters, H., 2015. *Sobre a cooperação económica entre a RDA e Moçambique: A RDA em Moçambique*. Münster: LIT Verlag,.

Doering, H.-J., 1999. *Es Geht um unsere Existenz Die Politik der DDR Gegenüber der Dritten Welt: Am Beispiel von Mosambik und Athiopien*. Berlin: Links- Verlag, Reihe Forschungen zur DDR Gesellschaft.

Döring, h.-j. & Rüchel, u., 2005. *freundschaftsbande und beziehungskisten: die afrikapolitik der ddr und der brd gegenüber mosambik*. frankfurt am main: Brandes & apsel.

Frankel, J., 1998. *Making of Foreign Policy*.. London: Oxford University Press.

Frelimo, 1977. *Relatório do Comitê Central ao 3º congresso documentos*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo.

Gerner, D., 1995. *The evolution of the study of foreign policy*. In: NEACK, Laura et al. (Ed.) *Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation*.. Prentice-Hall: Englewood Cliffs.

Gibson, H., 1944. *The Road to Foreign Policy*. Garden City: Doubleday, Doran and Company Inc.

Gil, A. C., 2008. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6º ed. São Paulo: Atlas SA.

Glass, G. A., 1980. *East Germany in Black Africa: A New Special Role?, in The World Today*. 1º ed. s.l.:Royal Institute of International Affairs.

Howell, j., 1994. *The end of an era: The rise and fall of GDR Aid*.. Cambridge: Cambridge University Press.

Kruse, U., 1994. *“Die "Schule der Freundschaft" in Staßfurt”, in van der Heyden*., Münster: LIT VerlaG.

- Lakatos, E. M. & Marconi, M. D. A., 2008. *Metodologia científica*. 5º ed. São Paulo: Atlas.
- Langa, E. N. B., 2021. *Diplomacy in Mozambique: The first post-independence government Samora Machel (1975-1986)*. Porto Alegre: Brazilian Journal of African Studies.
- Lhalbahadur, A. & Otto, L., 2013. *Mozambique's foreign policy: pragmatic non-alignment as a tool for development*. South África: SAIIA.
- Lucas, A., 2002. *Mão-de-obra Moçambicana Emigrante na ex. Republica Democratica Alema 1979-1990*. Maputo : s.n.
- Machel, S., 1982. "Organizar a sociedade para vencer o subdesenvolvimento," [Organize society to fight underdevelopment]. s.l.:Colecção Estudos e Orientações .
- Massangaie, A. T., 2017. *A Política Externa de Moçambique e sua Inserção no processo de Integração Regional na África Austral*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mayer, T. & Thumann, G., 1990. *Preparando caminho para a unificação alemã. Finanças & Desenvolvimento*,. berlin : s.n.
- Müller, T., 2010. *Memórias do Paraíso - "Legados da Educação Socialista em Moçambique"*. Universidade de Oxford: In African Affairs.
- Neack, L., 2008. *The new foreign policy: power seeking in a globalized era*. 2º ed. New York: Rowman & Littlefield.
- Oppenheimer, J., 2004. *Magermanes. Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã*". Lusotopie: Médias pouvoir et.
- Patrick Major & Osmond, J., 2002. *The Workers' and Peasants' State: Communism and Society in East Germany Under Ulbricht 1945–71*. Manchester : Manchester University Press.
- Plate et, a., 2009. *O Mundo 20 Anos Após a Queda do Muro. Cadernos Adenauer X n° 2*. S/D ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Rehmer, H., 1985. *The foreign of the German Democratic Republic*. s.l.:Pakistan Horizon.

Reuter, L. & Scheunpflug, A., 2006. *Die Schule der Freundschaft. Eine Fallstudie zur Bildungszusammenarbeit zwischen der DDR und Mosambik*. s.l.: Waxmann, Münster.

Scatassa, M., 2018. *Migração da Guerra Fria: trabalhadores, estudantes e soldados moçambicanos na Alemanha Oriental. Da independência de Moçambique ao colapso da RDA*. Pádua: Universidade de Pádua.

Scheunpflug, A. & Krause, J., 2000. *A Escola da Amizade: uma experiência A”, em Alemanha: Contribuições do Departamento de Educação da Universidade da Bundeswehr Hamburgo*. Hamburgo: Münster.

Schulz, B., 1995. *development policy in the cold war era: the two germanies and sub-saharan africa, 1960-1985*. münster: Lit verlag.

Sorio, L. F. B., 2010. O Dilema Alemão no Sistema Interestatal Capitalista Contemporâneo. *XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO*, Julho.

Tempo, 1977. *Tempo*, Issue 425.

Tempo, de 24 de Fevereiro 1979. Issue 438, pp. 40-41.

Ulrich, V. d. H., 2005. *Das gescheiterte Experiment. Vertragsarbeiter aus Mosambik in der DDR-Wirtschaft 1979-1990*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag..

Vale, M. & Schulz, 1981. Decisive Factors in GDR Foreign Policy. *International Journal of Politc*, p. 3–38.

Vanneman, P., 1990. *oviet Strategy in Southern Africa: Gorbachev's Pragmatic Approach*.. Stanford: Hoover Institution Press.

Vizentini, P. F., 2007. *História do Século XX*. 3º ed. Porto Alegre: Leitura XXI.

Wasse, H. C. A., 2022. *Diplomacia e Política Externa em Moçambique: Estudo de Caso do Governo Joaquim Chissano (1987-2005)*. Ceará: UNILAB.

5.2. ANEXOS

O TRATADO

A República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã,

Baseando-se na amizade fraternal e na cooperação existentes entre os seus Partidos e Povos, forjadas já durante a luta armada de libertação nacional do Povo moçambicano e fundamentadas no Marxismo-Leninismo e no Internacionalismo Proletário;

Firmemente decididas em contribuir para a criação de condições favoráveis ao prosseguimento do processo revolucionário no mundo;

Guiadas pelo desejo de prestar através do aprofundamento constante da amizade e cooperação fraternais entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã, uma contribuição para o fortalecimento da aliança natural anti-imperialista entre os Estados socialistas e os movimentos de libertação nacional, e para coesão de todas as forças que lutam pela paz, democracia e progresso social;

Inspiradas pelos ideais da luta contra o imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, o racismo e o «apartheid»;

Desejosas de contribuir para a consolidação da paz e da segurança de todos os povos;

Querendo desenvolver ainda mais as conquistas sociais e económicas dos dois Estados, e apoiar-se nesta acção;

Reafirmando a sua firme adesão aos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas;

Decidiram assinar o presente Tratado de Amizade e Cooperação pelo que acordaram no seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

As Altas Partes Contratantes proclamam solenemente a sua decisão de consolidar e ampliar a amizade entre os dois Estados e Povos e de cooperar para o alargamento das conquistas socio-económicas dos seus Povos. Elas desenvolverão as suas relações políticas, económicas, técnico-científicas e culturais na base dos princípios do respeito pela soberania, pela integridade territorial, pela não-ingerência nos assuntos internos e pela igualdade de direitos. Elas promoverão o aprofundamento da cooperação e dos contactos directos entre as organizações políticas e sociais dos dois Estados.

25/2/79

A assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã constitui o ponto culminante da visita do Presidente Erich Honecker ao nosso País. Os Presidentes Samora Machel e Erich Honecker, como dirigentes máximos dos Partidos, Estados e Povos dos dois Países foram os signatários do referido Tratado. Na mesma tarde do dia 24 outros altos responsáveis dos Partidos e Estados dos dois países assinaram importantes documentos de cooperação entre a FRELIMO e o PSUA e entre a RPM e a RDA, nos domínios de Indústria e Energia e dos Transportes e Comunicações



O ponto mais alto da visita: a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação

ARTIGO SEGUNDO

As Altas Partes Contratantes envidarão todos os esforços no sentido de ampliarem a cooperação económica mutuamente vantajosa e a troca de experiência nos domínios da indústria, agricultura, pesca, transporte, comunicações, formação de quadros e outros domínios.

Os dois Estados desenvolverão a cooperação na esfera do comércio na base dos princípios de igualdade, de vantagem mútua e da cláusula da nação mais favorecida.

ARTIGO TERCEIRO

As Altas Partes Contratantes desenvolverão a sua cooperação nos domínios da ciência e técnica, artes, literatura, educação, saúde pública, imprensa, rádio, cinema, desporto e

outros domínios, visando promover o conhecimento mútuo da vida e das conquistas dos dois Povos.

ARTIGO QUARTO

A República Popular de Moçambique e a República Democrática Alemã prosseguem uma política de paz, que tem por objectivo a consolidação da amizade e cooperação entre todos os Povos.

A República Democrática Alemã aprecia a política de paz da República Popular de Moçambique, como um factor essencial da preservação da paz no mundo, do desanuvio e da segurança internacionais e aprecia também a política de Não-Alinhamento praticada pela República Popular de Moçambique.

A República Popular de Moçambique apre-

cia a política de paz da República Democrática Alemã, como um factor essencial da preservação da paz no mundo, do desanuviamento e da segurança internacionais.

ARTIGO QUINTO

No interesse do fortalecimento da capacidade defensiva das Altas Partes Contratantes estas celebrarão acordos bilaterais no âmbito da cooperação militar.

ARTIGO SEXTO

As Altas Partes Contratantes prosseguirão a luta pela paz no mundo e pelo fortalecimento da segurança internacional. Elas enviarão esforços para o aprofundamento do processo de desanuviamento internacional de modo a estendê-lo a todas as regiões e torná-lo num processo irreversível. Para eliminar definitivamente a guerra da vida dos Povos, elas preconizam o desarmamento geral e completo, incluindo o nuclear, sob controlo internacional eficaz.

ARTIGO SÉTIMO

As Altas Partes Contratantes empenham-se na edificação duma nova ordem económica internacional numa base equitativa e democrática livre da exploração imperialista. Elas apoiam o direito soberano dos Povos a disporem dos seus recursos naturais.

ARTIGO OITAVO

As Altas Partes Contratantes prosseguirão a sua luta consequentemente contra as forças do imperialismo, pela liquidação definitiva do fascismo, colonialismo, neocolonialismo, racismo e «apartheid».

Elas agem pela aplicação integral da Declaração da Organização das Nações Unidas sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos sob Domínio Colonial. Elas apoiam o direito dos Povos à livre escolha da sua via de desenvolvimento.

Os dois Estados apoiam a justa luta dos povos pela liberdade, independência nacional e progresso social e cooperação entre si e com os outros Estados amantes da paz, para a realização destes objectivos.

ARTIGO NONO

As Altas Partes Contratantes, com vista ao aprofundamento e à ampliação da sua cooperação, à harmonização das suas actividades políticas no plano exterior e à discussão de questões internacionais de interesse mútuo, reunir-se-ão a diversos níveis

para informação recíproca, troca de opiniões e consultas.

ARTIGO DÉCIMO

No caso de situações tendentes a ameaçar ou perturbar a Paz, as Altas Partes Contratantes contactar-se-ão imediatamente com o objectivo de coordenar as suas posições no interesse da liquidação da ameaça surgida, ou do restabelecimento da Paz.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Cada uma das Altas Partes Contratantes declara solenemente que não participará em alianças de qualquer tipo assim como em acções e iniciativas dirigidas contra a outra Alta Parte Contratante.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

As Altas Partes Contratantes declaram que os compromissos deste Tratado não estão em contradição com os seus compromissos assumidos em tratados internacionais anteriormente concluídos e que se obrigam a não concluir qualquer outro acordo internacional que seja incompatível com o presente.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

As questões que possam surgir entre as

entrará em vigor no dia da troca dos instrumentos de ratificação que se efectuará em Berlim, capital da República Democrática Alemã.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Este Tratado tem validade por um prazo de vinte anos que será prorrogado automaticamente por períodos de cinco anos, desde que uma das Altas Partes Contratantes não expresse, por escrito, o seu propósito de denunciá-lo um ano antes do término do prazo respectivo.

Feito em Maputo, aos 24 de Fevereiro de mil novecentos e setenta e nove, em dois exemplares, respectivamente em português e alemão, fazendo ambos os textos igualmente fé.

PELA REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

SAMORA MOISES MACHEL
PRESIDENTE DO PARTIDO FRELIMO
PRESIDENTE DA REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE.

PELA REPUBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

ERICH HONECKER
SECRETÁRIO-GERAL DO COMITÊ CENTRAL
DO PARTIDO SOCIALISTA UNIFICADO
DA ALEMANHA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ESTADO
DA REPUBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ.



Marcelino dos Santos e Gunter Mittag signatários de outros acordos importantes de cooperação

Altas Partes Contratantes com respeito à interpretação ou aplicação de qualquer disposição contida neste Tratado, serão solucionadas por negociações directas e bilaterais,

no espírito de amizade, respeito e compreensão mútuos.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Este Tratado está sujeito a ratificação e

Pela R.P.M.: Samora Moisés Machel
Presidente do Partido FRELIMO Presidente
da República Popular de Moçambique.

Pela R.D.A.: Erich Honecker, Secretário-
-Geral do Comité Central do Partido Socialista
Unificado da Alemanha Presidente do
Conselho de Estado da República Democrática
Alemã.